

Distribuição espacial da atividade bancária no Brasil: dimensões e indicadores

Michel Alexandre

Analista Econômico do Banco Central do Brasil

Gilberto Tadeu Lima

Professor do Departamento de Economia da FEA-USP

Otaviano Canuto

Diretor-executivo no Banco Mundial

Professor (licenciado) do Departamento de Economia da FEA-USP

Palavras-chave

atividade bancária; decisões
locacionais; geografia
econômica.

Classificação JEL G20, R10.

Resumo

Este artigo focaliza a distribuição geográfica da atividade bancária no Brasil, buscando estabelecer indicadores quantitativos dessa distribuição espacial. Além disso, apresenta conjecturas sobre a natureza e a intensidade das mudanças na disposição geográfica da atividade bancária brasileira.

Abstract

This paper focuses on the geographic distribution of banking activity in Brazil, with the objective of building several quantitative indicators of said spatial distribution. In addition, it puts forward some conjectures regarding the nature and intensity of the changes in the geographic distribution of the banking activity in Brazil.

Key words

*banking activity; locational
decisions; economic geography.*

JEL Classification G20, R10.

1_ Introdução

A crescente centralidade desempenhada pelo circuito financeiro na dinâmica econômica (nacional e global) e na articulação dos encadeamentos setoriais e empresariais, assim como o fato de que esse setor no Brasil se acha concentrado em São Paulo, sugere a importância de um estudo focado nas características e nas mudanças observadas em tal setor.

Desde meados dos anos 90, a atividade financeira no Brasil vem atravessando um acelerado processo de transformação. A perda das receitas inflacionárias com a implantação do Plano Real em 1994 não só forçou o sistema bancário a buscar fontes alternativas de lucro, como também reduziu suas dimensões. Várias instituições bancárias que não conseguiram se readaptar ao novo ambiente faliram ou foram adquiridas por instituições maiores. De acordo com dados do Banco Central (BC), em dez anos (de dezembro/1993 a dezembro/2003), o número de bancos comerciais (incluindo as filiais de bancos estrangeiros) caiu 34% (de 35 para 23), e o de bancos múltiplos, 32% (de 206 para 140).

No vácuo deixado pelos bancos, outras instituições ganharam terreno dentro do sistema financeiro. O número de cooperativas de crédito, por exemplo,

aumentou 60% (de 877 para 1.399) no período considerado. Outras atividades, como as companhias hipotecárias e as sociedades de crédito ao microempreendedor, nem sequer existiam, e surgiram em anos recentes.

Essa contração do sistema bancário provavelmente foi decisiva na perda de importância relativa do sistema financeiro como um todo no Brasil. Ainda segundo informações do BC, a participação do sistema financeiro no PIB brasileiro era de 12,8% em 1990 e atingiu 15,6% em 1993. Em 1995, logo após a perda do *floating* bancário, caiu para 6,9%.

Seria lícito conjecturar que esse acelerado – e ainda inacabado – processo de transformação na atividade bancária tem uma correspondente dimensão locacional-geográfica. Tal questionamento mostra-se interessante por, pelo menos, duas razões. Primeiro, um estudo dessa natureza seria oportuno às abordagens que analisam a relação entre finanças e desenvolvimento local. E, em segundo lugar, parece razoável, por exemplo, a conjectura específica de que a atividade bancária, em alguma medida e extensão, não é mera sombra das demais atividades econômicas, tendo mesmo condicionantes espaciais peculiares. Esse segundo ponto é o foco deste trabalho.

Em nível doméstico, é válido indagar em que medida e em quais esferas da atividade financeira pode-se localizar tendências à concentração ou dispersão geográfica dentro da economia nacional. Por um lado, pode-se esperar que os vínculos de demanda da intermediação financeira tendam a aproximá-la dos mercados regionais que se apresentem dinâmicos, o que o subordinaria em relação a outras esferas da atividade econômica. Esse parece ser, porém, o caso primordialmente das operações típicas de varejo. No que se refere às operações de mais elevada sofisticação e/ou magnitude, tendem a crescer em importância fatores de (des)aglomeração espacial de outra ordem, derivados das externalidades de localização, qualidade de infra-estrutura de comunicações, recrutamento no mercado de trabalho, efeitos de derramamento (*spillovers*) tecnológicos, economias de escala operacional, qualidades de foros jurídicos e de outros componentes de custos de transação *etc.*

Faz-se necessário considerar, além das tendências quanto à geografia financeira doméstica, a presença de forças centrípetas ou centrífugas sobre a atividade financeira doméstica (nacional) *vis-à-vis* o restante do mundo. Por exemplo, para vislumbrar o lugar provavelmente ocupado pela atividade financeira em São

Paulo, no âmbito nacional e dentro do próprio contexto da dinâmica econômica da região, cabe buscar a síntese provável entre esses dois movimentos.

As razões para a concentração espacial de uma atividade econômica já estavam explícitas no clássico livro de Alfred Marshall (1890), *Principles of economics*: um centro industrial permite a criação de um grande mercado para trabalhos especializados (*market pooling*). Além disso, permite a provisão de uma grande variedade de insumos não comerciáveis a preços mais baixos. Finalmente, visto que a informação flui com maior facilidade localmente do que em grandes distâncias, uma concentração industrial acaba se tornando uma incubadora de novas idéias (*technological spillovers*).

Além dessas externalidades geradoras de vantagens para que as empresas se localizem próximas espacialmente, podem existir economias de escala e de escopo no âmbito das firmas, gerando uma escala ideal de operação. Se tais economias forem grandes o suficiente, pode ser que, se as firmas maximizarem lucro, o número total de bancos, por exemplo, seja relativamente reduzido. Se esse for o caso, torna-se natural uma concentração de empresas, visto que o número dessas é reduzido. Além do que, condições econômicas podem alterar essa escala ideal.

O presente artigo aborda detalhadamente, na seção seguinte, a distribuição geográfica da atividade bancária no Brasil, tendo como objetivos básicos o estabelecimento de indicadores quantitativos dessa distribuição espacial e o estudo da evolução de tais indicadores ao longo do passado recente. Na próxima seção, observações e considerações conjecturais sobre a natureza e a intensidade dessa concentração são apresentadas. Considerações finais tomam a quarta e última seção.

2_ Distribuição espacial da atividade bancária no Brasil

Nesta seção, serão apresentados indicadores da distribuição geográfica da atividade bancária no Brasil. Na definição do Banco Central, o sistema bancário é composto pelas instituições capazes de participar do processo de criação de moeda na economia. Assim, esse sistema seria formado por bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial, caixas econômicas e cooperativas de crédito.

No cálculo dos indicadores relativos a bancos e caixas econômicas, foram utilizados dados do Sistema de Informações do Banco Central (Sisbacen), disponíveis de 1988 a 2003. Levou-se em consideração as principais rubricas do balanço

bancário (operações de crédito e de arrendamento mercantil, depósitos, empréstimos e repasses e recebimentos fiscais e previdenciários), além do total de agências processadas. No caso das cooperativas, os índices de distribuição espacial foram calculados com base em dois dados disponibilizados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), quais sejam: quantidade de trabalhadores e estabelecimentos. Os dados da RAIS estão disponíveis de 1994 a 2000.

O corte geográfico adotado neste estudo procurou permitir a análise da presença bancária nas duas principais praças do País, isto é, São Paulo e Rio de Janeiro. Além dessas duas cidades, os índices remetem às seguintes áreas: restante do Estado de São Paulo, restante da Região Sudeste e demais regiões do Brasil.¹

Como detalhado a seguir, uma análise mais geral dos dados leva a três principais conclusões, no que diz respeito à evolução da distribuição espacial da atividade bancária no Brasil:

- _ de um modo geral, a concentração da atividade bancária na cidade de São Paulo ampliou-se durante o período analisado;
- _ esse aumento deu-se, na maioria das vezes, em detrimento da atividade bancária na cidade do Rio de Janeiro;

.....
¹ A divisão geográfica aqui utilizada tem por objetivo principal evidenciar a concentração espacial da atividade bancária no Brasil. Para dar uma idéia um pouco mais detalhada da variação dessa distribuição entre as áreas com menor presença bancária, é apresentada, no Anexo, a distribuição geográfica por região das operações de crédito, depósitos e agências bancárias para os anos de 1988 e 2003.

.....
 2 Tal resultado já era esperado. A elasticidade do emprego bancário ao volume de operações é pequena. Assim sendo, o desenvolvimento de um maior volume de operações bancárias em São Paulo não se reflete em maior número de empregos e, conseqüentemente, de agências bancárias.

3 Vale ressaltar que a maior parte dessa soma corresponde às operações de crédito. Em dezembro de 2003, por exemplo, enquanto as operações de crédito ultrapassavam os R\$ 400 bilhões, as operações de arrendamento mercantil eram de R\$ 95 milhões.

— a concentração da atividade bancária em São Paulo é muito mais expressiva quando se consideram as operações bancárias, em vez do número de agências, o que resulta numa relação operação bancária/agência muito maior na cidade de São Paulo que nas demais regiões.²

A distribuição das agências bancárias no Brasil não se alterou significativamente ao longo dos anos 90. A cidade de São Paulo concentrava cerca de 12% das agências bancárias brasileiras em dezembro de 2003, taxa pouco superior a de dezembro de 1988 (8,7%). No entanto, notam-se alterações mais significativas e graus de concentração mais elevados

quando se passa para a análise das principais rubricas bancárias.

A concentração das operações de crédito e arrendamento mercantil³ na cidade de São Paulo cresceu consideravelmente durante o período analisado. De pouco mais de 20% do total nacional em 1988, esse valor cresceu quase que ininterruptamente até 1996. Após significativa queda em 1997, essa cifra voltou a crescer, atingindo 39% em 2003. Tal crescimento teve como contrapartida uma forte contração dessas operações na cidade do Rio de Janeiro. Em 1988, a cidade do Rio concentrava pouco mais de 25 % dessas operações, taxa que chegava a 7% em 2003.

Tabela 1_ Distribuição das agências bancárias (processadas) no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	5,0	5,0	5,2	5,4	5,5	5,4	5,4	5,2	5,3	5,5	5,7	5,9	6,1	6,3	5,8	6,2
São Paulo (cidade)	8,7	8,7	9,0	9,3	9,4	9,6	9,6	9,3	9,6	9,8	10,3	10,9	11,3	11,6	11,1	11,8
Restante do Estado de São Paulo	20,9	19,6	20,1	20,3	20,2	20,3	20,2	19,8	20,2	20,6	21,0	21,0	21,1	20,8	23,1	20,8
Restante da Região Sudeste	16,0	15,8	16,4	14,6	14,6	14,7	15,4	15,9	16,1	16,2	16,2	16,0	16,0	16,1	17,9	16,0
Demais regiões	49,3	50,9	49,3	50,3	50,2	50,1	49,4	49,8	48,8	47,9	46,8	46,2	45,5	45,2	42,1	45,2

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 2_ Distribuição das operações de crédito e arrendamento mercantil bancário no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	25,1	25,1	20,1	20,7	18,1	17,2	8,4	8,2	5,4	8,6	7,4	8,2	8,1	6,9	8,0	6,9
São Paulo (cidade)	21,8	26,0	28,4	29,1	32,8	34,8	35,6	34,5	39,2	29,9	34,1	34,2	35,4	44,1	39,4	38,7
Restante do Estado de São Paulo	8,8	9,0	8,6	7,7	7,6	8,2	12,1	11,7	16,1	12,9	14,4	14,5	14,6	14,9	23,5	18,2
Restante da Região Sudeste	6,9	7,1	7,1	6,4	6,5	6,7	8,0	6,9	5,6	8,1	7,1	7,3	7,5	6,3	7,8	7,1
Demais regiões	37,4	32,7	35,7	36,2	35,0	33,0	35,8	38,7	33,7	40,5	37,0	35,8	34,4	27,8	21,3	29,1

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

A distribuição dos depósitos bancários no Brasil mostra-se relativamente estável ao longo do período estudado. Em 2003, a cidade de São Paulo tinha praticamente a mesma participação no total de depósitos bancários nacionais que em 1988 (35%). A cidade do Rio de Janeiro teve sua participação apenas levemente diminuída (de 11% para 8%) no mesmo período.

No entanto, ao se desagregar os depósitos bancários entre depósitos à vista e depósitos de prazo mais alongado (depósitos de poupança e a prazo), notam-se algumas diferenças significativas. Primeiro, a concentração dos depósitos de prazo mais alongado na cidade de São Paulo é mais significativa. De fato, São

Paulo concentrava em dezembro de 2003 quase 22% dos depósitos à vista nacionais, contra 19,4% em 1988. Já com relação aos demais depósitos, esses valores são de 37 e 34,5%, respectivamente. E, em segundo lugar, enquanto a distribuição dos depósitos à vista não apresentou grandes alterações no período analisado, a distribuição dos demais depósitos mudou de maneira mais notável. Por exemplo, as demais regiões concentravam 24,7% dos demais depósitos em 1988, cifra que saltou para 40,7% em 2003. Esse aumento ocorreu principalmente em detrimento do restante do Estado de São Paulo, cuja participação caiu de 22,4 para 14,4% no mesmo período.

Tabela 3_ Distribuição dos depósitos bancários no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	10,9	13,4	9,8	9,8	12,3	11,9	10,7	12,0	11,9	9,8	10,0	9,5	8,2	8,6	8,5	8,1
São Paulo (cidade)	32,9	33,3	37,6	38,5	39,8	39,6	35,7	38,6	42,1	42,5	36,2	40,2	42,0	39,4	33,3	35,2
Restante do Estado de São Paulo	21,5	18,2	16,3	14,9	14,5	16,7	13,5	12,3	12,2	12,6	15,1	11,4	11,2	11,9	18,8	14,4
Restante da Região Sudeste	8,1	6,4	8,7	8,5	9,6	10,2	9,6	6,4	5,8	6,4	7,2	8,3	7,7	7,3	8,6	9,7
Demais regiões	26,6	28,7	27,6	28,2	23,8	21,6	30,5	30,7	28,0	28,7	31,5	30,5	30,8	32,8	30,8	41,0

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 4_ Distribuição dos depósitos à vista no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	12,4	19,1	11,3	11,3	12,8	10,2	9,9	10,0	10,5	10,3	10,1	10,4	9,4	9,5	10,8	10,7
São Paulo (cidade)	19,4	23,6	22,8	20,7	19,0	21,2	19,8	22,0	21,4	22,8	20,9	23,4	22,5	21,4	22,8	21,6
Restante do Estado de São Paulo	14,5	14,5	16,5	16,6	16,5	16,1	17,8	17,4	15,9	16,2	16,0	15,7	16,1	15,5	15,2	15,1
Restante da Região Sudeste	10,7	9,8	12,1	12,6	11,3	11,0	12,2	11,0	10,4	10,9	12,0	11,6	11,6	11,5	11,0	11,7
Demais regiões	43,0	32,9	37,2	39,0	40,3	41,5	40,4	39,6	41,9	39,8	41,0	38,9	40,4	42,1	40,2	42,7

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 5_ Distribuição de outros depósitos (exceto à vista) no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	10,7	13,1	9,5	9,6	12,2	11,9	10,8	12,1	12,0	9,7	10,0	9,4	8,1	8,5	8,1	7,8
São Paulo (cidade)	34,5	33,9	40,6	41,1	41,2	40,4	37,5	39,8	43,2	44,2	37,6	42,1	44,4	41,6	34,8	36,9
Restante do Estado de São Paulo	22,4	18,4	16,3	14,6	14,4	16,8	13,0	12,0	12,0	12,3	15,0	10,9	10,6	11,4	19,4	14,4
Restante da Região Sudeste	7,8	6,2	8,0	7,9	9,5	10,2	9,4	6,1	5,6	6,0	6,7	7,9	7,3	6,8	8,3	9,4
Demais regiões	24,7	28,4	25,7	26,6	22,7	20,8	29,4	30,1	27,3	27,7	30,6	29,6	29,6	31,7	29,4	40,7

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

A distribuição dos empréstimos e repasses bancários oscilou consideravelmente ao longo do período analisado. Em dezembro de 2003, quase 60% deles estavam concentrados na cidade de São Paulo, contra 31% em 1988. Esse aumento da concentração dos empréstimos e repasses bancários em São Paulo teve como contrapartida uma perda de participação relativa de quase todas as outras regiões do País, com exceção do restante do Estado de São Paulo, cuja participação cresceu de 1,5 para 10% nesse período. A concentração dos empréstimos e repasses bancários na cidade do Rio

de Janeiro teve uma queda notável, de 17,5 para 2,8% do total nacional.

Os recebimentos fiscais e previdenciários pelos bancos tiveram uma distribuição bastante inconstante. A sua concentração na cidade de São Paulo era de 29% do total nacional em 1988, chegou a mais de 50% em 1993 e caiu para 20% em 2002. A região que teve a maior queda em sua participação relativa foi o restante do Estado de São Paulo (de 22,5 para 9,4% no mesmo período).

Conforme ressaltado anteriormente e como se pôde observar pelos dados até aqui apresentados, a concentração

bancária na cidade de São Paulo é mais pujante quando se consideram as operações bancárias em si em vez do número de agências, o que resulta numa relação operação bancária/agência muito superior na cidade de São Paulo do que nas demais regiões. As tabelas a seguir mostram que, para todo o período estudado, a relação operação bancária/agência na cidade de São Paulo é várias vezes superior à média nacional, ao contrário do que ocorre na maioria das demais áreas. Outra observação importante remete à desconcentração relativa

bancária na cidade do Rio de Janeiro. Nota-se que a perda de importância relativa do Rio de Janeiro como praça bancária correspondeu essencialmente a um processo de queda relativa no volume de operações bancárias por agência. O caso mais notável refere-se às operações de crédito. Em 1988, a relação operações de crédito/agência bancária naquela cidade correspondia a 505% da média nacional, superior até a taxa de São Paulo. Em dezembro de 2003, essa cifra caiu para 112%.

Tabela 6_ Distribuição dos empréstimos e repasses bancários no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	17,5	9,1	9,7	8,2	9,6	9,8	16,7	10,1	9,1	5,3	5,0	9,6	5,2	3,4	5,3	2,8
São Paulo (cidade)	31,1	17,9	24,2	23,2	26,1	31,7	43,4	47,8	52,1	40,9	48,2	54,2	59,0	61,7	60,8	58,5
Restante do Estado de São Paulo	1,5	0,6	4,8	2,5	1,7	1,8	2,9	3,8	4,4	5,4	8,5	10,0	10,8	10,5	16,8	10,2
Restante da Região Sudeste	8,8	4,7	5,8	4,1	3,8	3,6	10,0	7,1	8,4	11,7	1,6	2,5	1,9	4,1	6,1	8,1
Demais regiões	41,1	67,6	55,5	62,0	58,7	53,0	27,0	31,1	26,0	36,7	36,6	23,7	23,1	20,3	11,1	18,5

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 7_ Distribuição dos recebimentos fiscais e previdenciários(*) no Brasil

	(em %)															
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	12,0	13,0	12,4	12,2	13,5	9,0	6,1	15,7	2,7	16,0	8,6	11,0	10,3	7,9	12,7	14,0
São Paulo (cidade)	29,2	38,9	39,1	31,7	37,0	54,7	31,6	46,0	32,5	36,8	34,9	21,1	31,8	40,0	24,1	19,7
Restante do Estado de São Paulo	22,5	12,5	13,1	10,6	13,6	6,4	3,0	2,9	2,6	3,2	10,0	10,9	9,7	9,2	8,2	9,4
Restante da Região Sudeste	7,7	8,7	4,7	8,2	9,0	4,4	3,6	5,4	4,2	2,3	3,5	15,8	14,4	10,7	22,2	7,2
Demais regiões	28,5	26,9	30,6	37,3	26,9	25,5	55,6	30,0	58,0	41,7	43,0	41,1	33,7	32,2	32,8	47,8

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Notas: Posição em dezembro de cada ano.

(*) IOF, contribuições previdenciárias, tributos federais, estaduais e municipais e FGTS.

Tabela 8_ Operações de crédito/agência (média nacional = 100)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	505	502	385	382	332	319	156	159	101	155	131	140	132	110	140	112
São Paulo (cidade)	249	300	314	312	348	364	369	371	409	304	331	315	312	383	353	328
Restante do Estado de São Paulo	41	45	43	38	37	40	60	59	80	63	69	69	70	71	102	88
Restante da Região Sudeste	43	45	44	44	44	46	52	44	35	50	44	45	47	39	43	44
Demais regiões	76	64	73	72	70	66	73	78	69	85	79	78	76	62	51	64

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 9_ Depósitos à vista/agência (média nacional = 100)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	249	382	217	208	235	190	183	193	198	187	178	177	154	150	188	172
São Paulo (cidade)	222	273	253	222	202	222	205	237	223	232	203	215	198	186	205	183
Restante do Estado de São Paulo	69	74	82	81	82	79	88	88	78	79	76	74	77	74	66	73
Restante da Região Sudeste	67	62	74	86	77	75	79	69	64	67	74	72	73	71	61	71
Demais regiões	87	65	75	77	80	83	82	79	86	83	87	84	89	93	96	91

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 10_ Demais depósitos (exceto os à vista)/agência (média nacional = 100)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	218	268	188	182	225	220	199	230	224	177	177	162	135	136	141	126
São Paulo (cidade)	377	384	416	414	421	414	371	417	439	433	351	370	371	343	312	313
Restante do Estado de São Paulo	103	93	81	73	72	82	67	62	60	61	72	54	53	57	84	69
Restante da Região Sudeste	50	41	53	58	66	69	63	40	36	40	44	52	48	45	46	48
Demais regiões	54	56	56	56	47	43	62	62	57	60	67	66	68	73	70	74

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 11_ Empréstimos e repasses bancários/agência (média nacional = 100)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	350	181	185	151	176	182	310	195	172	96	89	162	86	54	92	44
São Paulo (cidade)	357	207	268	250	276	332	451	516	544	417	468	500	520	537	546	496
Restante do Estado de São Paulo	7	3	24	12	9	9	14	19	22	26	41	48	51	50	73	49
Restante da Região Sudeste	55	30	36	28	26	25	65	45	52	72	10	15	12	25	34	54
Demais regiões	83	133	113	123	117	106	55	62	53	77	78	51	51	45	26	44

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Nota: Posição em dezembro de cada ano.

Tabela 12_ Recebimentos fiscais e previdenciários(*)/agência (média nacional = 100)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Rio de Janeiro (cidade)	241	259	238	226	248	166	114	302	51	290	151	188	168	124	220	225
São Paulo (cidade)	335	449	433	341	392	572	328	496	340	374	339	194	281	348	216	167
Restante do Estado de São Paulo	108	64	65	52	67	32	15	15	13	15	47	52	46	44	36	45
Restante da Região Sudeste	48	55	29	56	61	30	24	34	26	14	22	99	90	66	124	46
Demais regiões	58	53	62	74	53	51	112	60	119	87	92	89	74	71	78	110

Fonte: Sisbacen. Elaboração própria.

Notas: Posição em dezembro de cada ano.

(*) IOF, contribuições previdenciárias, tributos federais, estaduais e municipais e FGTS.

Com base em dados da RAIS, por sua vez, a análise da distribuição espacial dos estabelecimentos e trabalhadores em cooperativas de crédito no Brasil apresenta um resultado interessante. Nota-se que, segundo esses critérios, elas mostram um grau de concentração na cidade de São Paulo bem menos contundente que as demais atividades bancárias. São Paulo concentrava apenas 3,9% dos estabelecimentos e 2,6% dos trabalhadores em cooperativas de crédito em 2000, taxas não

muito distintas das de 1994 (4,4 e 1,7%, respectivamente). Essas atividades concentram-se principalmente fora da região Sudeste. Como a proporção de trabalhadores em cooperativas de crédito concentrados nessas áreas (53,2% em 2000) é significativamente superior ao de estabelecimentos (43,5%), infere-se que as localidades fora do Sudeste brasileiro concentram essencialmente as cooperativas de crédito de maior porte (com maior número de trabalhadores).

Tabela 13_ Distribuição das cooperativas de crédito no Brasil

	(em %)						
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Demais regiões	43,02	41,80	42,42	40,64	40,68	41,94	43,45
Restante da Região Sudeste	32,47	35,11	34,32	35,84	35,11	34,61	33,70
Restante do Estado de São Paulo	15,26	14,62	14,40	14,41	15,00	14,77	15,23
São Paulo (cidade)	4,38	3,96	4,37	4,43	4,89	4,65	3,90
Rio de Janeiro (cidade)	4,87	4,51	4,50	4,68	4,32	4,03	3,71

Fonte: RAIS.

Tabela 14_ Distribuição dos trabalhadores em cooperativas de crédito no Brasil

	(em %)						
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Demais regiões	58,19	56,20	56,92	54,26	50,45	50,56	53,24
Restante da Região Sudeste	28,35	32,07	30,71	32,76	35,50	35,85	34,38
Restante do Estado de São Paulo	8,93	6,86	7,36	7,57	7,75	7,51	7,68
São Paulo (cidade)	1,72	1,86	2,18	2,52	2,68	2,99	2,61
Rio de Janeiro (cidade)	2,81	3,01	2,84	2,90	3,62	3,09	2,09

Fonte: RAIS.

3_ Determinantes locais da atividade bancária: considerações conjecturais

Nesta seção, serão feitas algumas conjecturas sobre as possíveis causas do aumento da concentração da atividade bancária brasileira no Estado e, principalmente, na cidade de São Paulo.

Um primeiro elemento a ser levado em consideração é a distribuição local do PIB. O fato de São Paulo concentrar a maior parcela do PIB nacional certamente explica parcialmente a forte concentração bancária no Estado. Segundo Amado (1998 e 1999), em áreas de menor dinamismo econômico, há uma maior preferência pela liquidez, dada a maior incerteza e os arranjos institucionais menos desenvolvidos. Por outro lado, essas áreas tendem a perder liquidez para as áreas mais dinâmicas, seja por motivos reais (balança comercial), seja por motivos financeiros (conta de capitais). Desse modo, bancos localizados em áreas de baixo dinamismo enfrentam dois problemas:

- i. perdem mais reservas para o público do que os bancos localizados nas áreas dinâmicas, dada a maior preferência pela liquidez nas áreas menos dinâmicas;
- ii. perdem reservas para as áreas dinâmicas.

Transpondo esse modelo para um espaço regional, conclui-se que as atividades bancárias (e financeiras, de modo geral) tenderão a se concentrar nas localidades mais dinâmicas economicamente.

A influência do nível de desenvolvimento econômico sobre a distribuição da atividade bancária foi constatada empiricamente para o caso brasileiro. Sicsú e Crocco (2003) concluíram, por meio de um estudo empírico, que o volume de renda monetária, assim como sua distribuição espacial e pessoal, explica em boa medida a distribuição das agências bancárias no Brasil. Estudando cinco regiões metropolitanas brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Curitiba) durante o período 1988/2000, Castro (2002) concluiu que, quanto maior o dinamismo econômico da região e sua produtividade média do trabalho, maior sua capacidade em reter depósitos e menor sua preferência pela liquidez.

No entanto, a distribuição espacial da atividade econômica, ao menos no caso brasileiro, não é suficiente para explicar o grau e, menos ainda, a evolução da concentração bancária. Comparando-se os dados da Tabela 15, que apresenta a distribuição regional do PIB brasileiro, com os da seção anterior, pode-se observar que:

Tabela 15_ Distribuição regional do PIB brasileiro

	(em %)												
	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Estado de São Paulo	38,14	37,77	37,02	35,25	35,49	34,88	34,15	35,47	34,93	35,47	35,46	34,94	33,67
Estado do Rio de Janeiro	11,00	10,32	10,86	12,28	12,07	11,77	11,34	11,52	11,14	11,22	11,01	11,75	12,52
Restante da Região Sudeste	11,18	11,27	10,95	11,18	11,23	11,08	11,78	11,73	12,01	11,87	11,69	11,55	11,60
Região Sul	17,51	18,64	18,21	17,11	18,30	18,42	18,67	17,89	18,03	17,68	17,48	17,75	17,57
Região Nordeste	12,83	12,30	12,86	13,37	12,92	12,82	12,87	12,78	13,17	13,09	13,05	13,11	13,09
Região Centro-Oeste	5,00	4,77	5,16	6,10	5,67	5,79	6,10	5,98	6,08	6,25	6,84	6,45	6,95
Região Norte	4,35	4,93	4,94	4,71	4,32	5,24	5,09	4,64	4,64	4,42	4,48	4,45	4,60

Fonte: IBGE.

_ A distribuição regional da atividade bancária não é proporcional à do PIB. Por exemplo, em 2000, a concentração de operações de crédito e arrendamento mercantil no Estado de São Paulo era

em torno de 50% do total nacional, enquanto a porcentagem do PIB nacional concentrada no Estado no mesmo ano era bem inferior (34%). Por outro lado, as demais regiões brasileiras (exceto o Sudeste) concentravam, nesse mesmo ano, mais de 40% do PIB nacional, mas apenas 34% das operações de crédito e arrendamento mercantil.⁴

_ As alterações ocorridas na distribuição espacial da atividade bancária, muitas vezes, não acompanham mudanças na distribuição regional do PIB. Por exemplo, de 1988 a 2000, a parcela das operações de crédito e arrendamento mercantil concentradas no

⁴ Tais conjecturas, no entanto, devem ser relativizadas, conforme observou bem um parecerista anônimo. Em primeiro lugar, a ausência de agências bancárias no Norte e no Nordeste certamente influencia esse fato. Em 31/12/2003, dos 1.600 municípios brasileiros sem agência bancária e sem PAB (Posto de Atendimento Bancário), 770 (48,1%) estavam no Nordeste e 233

(14,6%), no Norte. E, em segundo lugar, há outros fatores que influenciam a demanda por (e, conseqüentemente, a oferta de) operações de crédito. Nas regiões mais desenvolvidas do País, predominam firmas maiores, com estrutura de capital mais desenvolvida e, assim, com uma propensão ao endividamento maior, o que faz com que nessas regiões haja uma maior demanda por crédito bancário.

Estado de São Paulo saltou de 31 para 50%, enquanto a participação do Estado no PIB nacional teve ligeira queda no mesmo período (de 38 para 34%).

Esses pontos corroboram a idéia de que a atividade bancária não é uma simples sombra da atividade econômica como um todo, tendo, portanto, determinantes locais particulares. Resta avaliar, portanto, quais as prováveis forças centrífugas e centrípetas específicas atuantes sobre a atividade bancária brasileira. Entre as primeiras, podem ser destacadas ao menos duas: uma de natureza tecnológica, marcada pelo aprimoramento tecnológico dos bancos brasileiros, e outra de natureza regulatória, representada pela Resolução n. 2.099, de 17 de agosto de 1994.

Mesmo com a crescente modernização do sistema bancário brasileiro,

a atividade bancária no País permaneceu espacialmente concentrada, conforme visto na seção anterior. Um estudo de Berger e DeYoung (2002) conclui que o progresso tecnológico não só amplia o controle dos administradores seniores sobre suas filiais, como também reduz os custos de agência associados a distância, facilitando portanto a expansão geográfica.

De fato, o aprimoramento tecnológico dos bancos brasileiros é evidenciado por alguns dados. De acordo com dados da Febraban, em 2002, o investimento total em tecnologia da informação por parte dos bancos brasileiros alcançou mais de R\$ 3,5 bilhões, valor 13,2% superior ao de 2001. O destaque foram os investimentos em *softwares* adquiridos de terceiros, que cresceram mais de 37% no mesmo período. A exceção foram os gastos em equipamentos e linhas de comunicações, que vêm caindo desde 2000.

Tabela 16_ Investimentos em Tecnologia da Informação (TI) pelos bancos brasileiros

	(R\$ milhões)			
	2000	2001	2002	Varição 2002/2001 (%)
<i>Hardware</i>	1.331	1.476	1.610	9,1
Equipamentos/Linhas de comunicações	431	301	193	-35,9
<i>Softwares</i> adquiridos de terceiros	517	509	699	37,3
<i>Softwares</i> desenvolvidos no próprio banco	613	838	1.035	23,5
Total	2.892	3.124	3.537	13,2

Fonte: Febraban.

Da mesma forma, a implementação da Resolução n. 2.099 não contribuiu para a desconcentração geográfica da atividade bancária brasileira. Em seu Regulamento Anexo II, art. 1, parágrafo 2, ela estabelece que, em se tratando de instituições financeiras com sede e 70% das agências fora dos Estados do Rio e São Paulo, os valores de capital realizado e patrimônio líquido exigidos terão redução de 30%. Isso claramente representa um incentivo à constituição de agências bancárias fora dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. No entanto, conforme visto na Tabela 1, a porcentagem de agências bancárias brasileiras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro e no restante do Estado de São Paulo apresentou pequena queda em 1995, mas voltou a crescer nos anos seguintes.

Portanto, no caso brasileiro recente, os incentivos pró-concentração bancária suplantaram os incentivos pró-desconcentração, representados (ao menos) pelos avanços tecnológicos e pela Resolução n. 2.099. Logo, cabe fazer uma análise mais detalhada dos elementos que supostamente contribuíram para uma maior concentração da atividade bancária no Brasil.

Provavelmente, um dos elementos que levaram a essa concentração geo-

gráfica foi a busca de ganhos de escala. Possibilidades de ganhos de escala e de escopo costumam ser grande incentivo a fusões e aquisições (F&A) bancárias (Smith e Walter, 1996). Quando uma F&A envolve duas (ou mais) instituições que atuam em áreas geográficas distintas, as mudanças administrativas que normalmente se seguem a esse processo geralmente alteram a política de alocação espacial dos recursos da nova instituição, resultando em abertura/fechamento de agências em algumas localidades, redistribuição regional do crédito e de outros produtos financeiros *etc.* Segundo Vasconcelos *et al.* (2003), a forte concentração de crédito bancário na região Sudeste brasileira, ocorrida na última década, deve-se, em boa parte, à aquisição de bancos com marcada atuação regional por bancos sediados no Sudeste. A mudança do controle desses bancos para a região Sudeste fez com que as operações de crédito também fossem deslocadas para essa região.

Um estudo de Silva e Neto (2001) constatou a existência de economias de escala no sistema bancário brasileiro após o Plano Real, independentemente do porte do banco. Com a estabilização dos preços e a conseqüente perda das receitas inflacionárias, é possível que os bancos procuraram reduzir custos unitários me-

diante aumento da escala de operação. Isso se deu pela aquisição e incorporação de instituições financeiras menores.

Como consequência desse processo, paralelamente ao declínio do número de instituições bancárias, ocorreu também uma concentração geográfica delas. De 1998 a 2003, o número de bancos múltiplos e comerciais no Estado de São Paulo caiu de 115 para 98, mas sua participação no total nacional subiu de 57% para 60%. A maior perda de participação relativa no total de bancos ocorreu no Estado do Rio de Janeiro, onde o número de bancos múltiplos e comerciais caiu de 33 para 21, e a participação no total nacional, de 16 para 13%. Portanto, durante esse período, a maior parte das

aquisições foi feita por bancos em São Paulo, e a maioria dos bancos que foram adquiridos ou que saíram do sistema bancário por alguma outra razão (liquidação ou transformação em instituição não bancária) era do Rio de Janeiro.

Tal fato está condizente com o aumento da concentração de agências e, principalmente, de operações bancárias, no Estado e na cidade de São Paulo. Isso sugere que a presença de sedes bancárias possa ter algum efeito dinamizador sobre a atividade bancária desenvolvida na região, do mesmo modo que a fuga de sedes bancárias do Rio de Janeiro provavelmente contribuiu para a evasão da atividade bancária do Estado.⁵

Tabela 17_ Número de bancos comerciais e múltiplos no Brasil

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Região Norte	5	3	3	3	3	2
Região Nordeste	15	14	13	13	12	12
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	5
Região Sul	19	20	20	18	16	16
Região Sudeste	159	153	152	143	131	129
São Paulo	115	110	112	109	100	98
Rio de Janeiro	33	32	30	25	22	21
Total	202	194	192	181	166	164

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

⁵ Como bem observado por um parecerista anônimo, é necessário separar com cautela os determinantes de localização de sedes bancárias e os de agências bancárias. Certas externalidades afetam a localização de sedes bancárias, mas não o de agências, ainda mais em um sistema bancário sem bancos regionalizados como o brasileiro. O que provavelmente ocorre é um efeito dinamizador da sede sobre as agências e as operações bancárias.

Em um processo de concentração espacial de sedes bancárias via F&A tal qual o descrito acima, os bancos levam em consideração as externalidades favoráveis à atividade bancária em suas decisões locais. Dentre as externalidades que atraem bancos a uma determinada praça, destaca-se a infra-estrutura que dá suporte às operações financeiras (Warf, 2000). O capital humano também é apontado como relevante, principalmente no que diz respeito à realização de atividades financeiras mais complexas (Gehrig, 1998). A presença desses fatores certamente favoreceu o aumento no número de bancos em São Paulo.

Outra externalidade importante, ao menos para o caso brasileiro, é apontada por Pinheiro e Cabral (1998) e refere-se ao sistema judicial. Tal fator impacta principalmente sobre a oferta de crédito. O cumprimento dos contratos de empréstimos deve ser garantido pelos tribunais estaduais, exceto no caso de créditos concedidos por bancos federais. Um sistema judicial estadual ineficiente prejudica, portanto, a execução judicial de contratos de empréstimo e inibe a concessão de crédito naquele Estado. O índice de ineficiência judicial de São Paulo em 1996/1997 é de 0,49,⁶ o sétimo melhor do País, e certamente favorece a concessão de crédito no Estado.

.....
⁶ A metodologia de cálculo do índice de ineficiência judicial é apontada em Pinheiro e Cabral (1998).

Por fim, o grande número de bancos já presente em São Paulo também contribuiu para atrair mais bancos à região. As instituições financeiras em geral tendem a se localizar em praças onde já exista elevada concentração financeira para usufruir economias de aglomeração. Fattouh (2001) chegou a essa conclusão ao estudar os determinantes da localização de bancos nos principais centros financeiros do mundo. A proximidade física e a interação mais direta com seus concorrentes permitiriam ao banco desfrutar do *spillover* informacional e das externalidades geradas por essa maior concentração financeira. Além disso, a concentração geográfica de bancos geralmente leva a mercados interbancários mais líquidos e eficientes. Choi, Park e Tschogl (2002) corroboram essa hipótese, ao constatar que o número de bancos em um centro permanece como um grande fator de atratividade para outros bancos.

4_ Observações finais

Neste estudo, procurou-se traçar a evolução da distribuição geográfica da atividade bancária brasileira na última década, assim como discutir os prováveis determinantes desse processo. A análise dos dados mostra que ocorreu, via de regra, uma concentração da atividade

bancária na cidade de São Paulo, em detrimento, na maioria das vezes, da cidade do Rio de Janeiro.

A grande parcela do PIB nacional concentrada no Estado de São Paulo certamente ajuda a entender o fato de a região reunir boa parte da atividade bancária brasileira. No entanto, conforme já discutido, a atividade econômica por si só não explica o grau e o aumento da concentração de algumas atividades bancárias na cidade e no Estado de São Paulo. Um desdobramento natural dessa questão seria analisar o sentido da causalidade entre o desenvolvimento financeiro estadual, especialmente o bancário, e o crescimento econômico estadual, trabalho esse já em desenvolvimento pelos autores.

Há algumas evidências de que a atividade bancária, especialmente no que se refere às operações de crédito, tem certo impacto no grau de crescimento econômico dos Estados brasileiros. O trabalho empírico de Alexandre, Biderman e Lima (2004) atesta que a inclusão de variáveis creditícias em testes de convergência condicional aumenta a velocidade de convergência no crescimento estadual brasileiro. Isso implica que uma distribuição local mais equitativa do crédito bancário contribuiria para a diminuição das disparidades regionais de desenvolvimento no Brasil.

O processo de F&A no sistema bancário brasileiro pós-Real, motivado pela busca de ganhos de escala e que resultou em uma concentração espacial do sistema bancário brasileiro, aliado à presença de externalidades e de economias de aglomeração em São Paulo, ampliou a presença relativa de sedes bancárias na região. Tais encadeamentos provavelmente tiveram efeito dinamizador sobre a atividade bancária de São Paulo. Esses fatores ajudam a compreender melhor a distribuição espacial da atividade bancária no País e sua evolução recente.

Seria interessante apontar que esse processo de reestruturação bancária ocorrido no Brasil é semelhante em vários aspectos aos que aconteceram em outros países, inclusive no que diz respeito à alteração na disposição geográfica da atividade bancária. Segundo Alessandrini, Papi e Zazzaro (2003), desde os anos 80, os setores bancários de todos os países industrializados estão passando por importantes reestruturações, o que está implicando, entre outras coisas, mudanças na geografia desses setores. À semelhança do que ocorreu no Brasil, tais processos abarcam em seu bojo F&A, inovações tecnológicas, busca por economias de escala e escopo e penetração de bancos de áreas centrais em áreas periféricas

(como os bancos do Norte e do Centro da Itália avançando para o Sul do país).

O que não está claro ainda, segundo os autores citados acima, é se tal interpenetração geográfica irá incrementar a concorrência nos mercados de crédito das regiões periféricas, ou se a distância da sede e a padronização dos procedimentos de avaliação de clientes bancários irá prejudicar a oferta de crédito a essas regiões. Ao menos no caso brasileiro, visto que a maior presença de sedes bancárias em São Paulo diminuiu a oferta de crédito em outras regiões, a segunda alternativa parece a mais plausível.

Referências bibliográficas

- ALESSANDRINI, P.; PAPI, L.; ZAZZARO, A. Banks, regions and development. *Banca Nazionale del Lavoro Quarterly Review*, n. 224, Mar. 2003.
- ALEXANDRE, M.; BIDERMAN, C.; LIMA, G. T. Distribuição regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 32., 2004, João Pessoa (PB). *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, 2004. 1 CD-ROM.
- AMADO, A. M. Impactos regionais do recente processo de concentração bancária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 3., 1998, Niterói.
- AMADO, A. M. Moeda, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. (Orgs.). *Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.
- BERGER, A.; DEYOUNG, R. Technological progress and the geographic expansion in the banking industry. *The Federal Reserve of Chicago. Working Paper Series*. WP-02-07. June 2002.
- CASTRO, C. B. *Moeda e espaço: os casos das áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador e suas áreas de polarização*. 2002. Dissertação (Mestrado) – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- CHOI, S. R.; PARK, D.; TSCHOEGL, A. E. Banks and the world's major banking centers, 2000. *The Wharton Financial Institutions Center, Working Paper Series*. July, 2002.
- FATTOUH, B. *Determinants of Banks' Location in the World's Major Financial Centres*. University of London, Centre for Financial and Management Studies. SOAS, 2001. (Discussion Paper, 9).
- GEHRIG, T. Cities and the geography of financial centers. *CEPR Discussion Paper n. 1894*, June 1998.
- PINHEIRO, A. C.; CABRAL, C. Mercado de crédito no Brasil: o papel do Judiciário e de outras instituições. *Ensaio BNDES*, n. 9, Rio de Janeiro, dez. 1998.
- SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. *Economia*, v. 4, n. 1. jan./jun. 2003.
- SILVA, T. L.; NETO, P. M. J. *Economia de escala nos bancos brasileiros após o Plano Real*. Fortaleza: CAEN – UFC, jul. 2001. (Texto para discussão, 227).
- SMITH, R. C.; WALTER, I. *Global patterns of mergers and acquisition activity in the financial services industry*. New York University, Salomon Center Working Papers: S/96/48, 1996.
- VASCONCELOS, M.; FUCIDJI, J. R.; SCORZAFAVE, L. G.; ASSIS, D. L. O todo e as partes: distribuição regional e determinantes do crédito bancário brasileiro: uma análise com dados em painel. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL, 6., Curitiba, set. 2003.
- WARF, B. New York: the Big Apple in the 1990s. *Geoforum* 31, p. 487-499, 2000.
- :
: *O segundo autor agradece*
: *ao CNPq pela Bolsa de*
: *Produtividade em Pesquisa.*
:
: **E-mail de contato dos autores:**
: giltadeu@usp.br
: michel.alexandre@bcb.gov.br
: ocanuto@worldbank.org
:

Anexo

Distribuição geográfica da atividade bancária no Brasil

(em %)

	Dezembro 1988			Dezembro 2003		
	Agências*	Depósitos	Operações de crédito	Agências*	Depósitos	Operações de crédito
Norte	4,3	0,8	1,0	3,5	1,3	1,4
Nordeste	17,6	5,8	8,1	13,9	6,1	6,2
Sudeste	50,7	73,4	62,4	54,8	65,9	70,9
Sul	19,9	12,4	12,8	20,3	10,0	12,8
Centro-Oeste	7,6	7,5	15,6	7,5	16,7	8,7

Fonte: Sisbasen.

Nota: (*) Processadas.